

Museu de Ciência e Tecnologia de Brasília: a utopia necessária!

» GILBERTO LACERDA DOS SANTOS

Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e Secretário Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

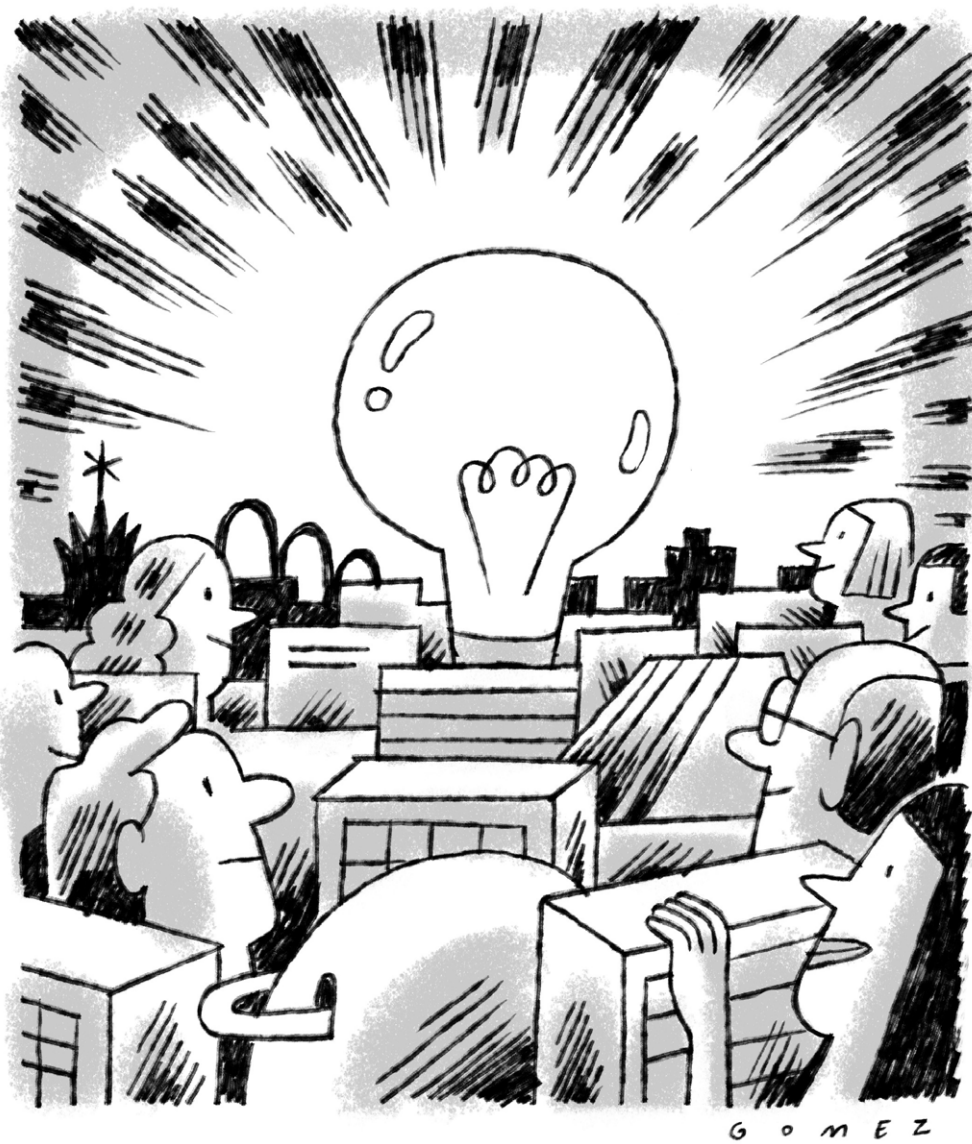
O Brasil é o único país do G20, organização que atualmente preside, a não manter, em sua capital, um museu de Ciência e Tecnologia, destinado a promover aproximações entre o cidadão comum e diferentes questões contemporâneas, como o Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. Brasília é também a única cidade brasileira a contar com uma rede organizada de instituições de difusão científica, a RedeCiência, a qual clama pela ampliação de seu escopo por meio da construção de uma estrutura que colocaria em evidência uma faceta extraordinária de nossa capital: a de uma cidade que educa.

A ideia da criação de um indispensável Museu de Ciência e Tecnologia de Brasília é originária de um movimento ligado ao projeto gerador da Universidade de Brasília, em que Anísio Teixeira previu a edificação de um museu na praça central do campus Darcy Ribeiro. Em 2004, quando ainda se pensava na edificação do museu dentro do campus, foi feito um concurso de projetos de arquitetura, realizado em 2006. Em 2009, mediante apoio do então Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Sérgio Rezende, o projeto foi publicamente anunciado, a ser construído ao lado do Instituto de Biologia, o que nunca aconteceu.

Logo depois, tendo o GDF como parceiro da iniciativa, foi decidido que o museu seria de interesse da cidade, como alavancador do turismo científico local. Conseqüentemente, o museu deveria ficar em destaque na capital federal. Propusemos, então, ocupar as instalações do Clube do Servidor, ao lado do Minas Brasília Tênis Clube, o que também não aconteceu. Em seguida, passamos a pensar em um local mais central e, em concertação com o GDF, vislumbramos a ocupação da antiga Rodoferroviária, edificação de autoria de Oscar Niemeyer que faria jus ao novo inquilino. O que igualmente não aconteceu.

Na seqüência, entre 2010 e 2011, na gestão do Ministro Aloizio Mercadante, foi feito um estudo museológico e museográfico bastante completo. Mas, foi só em 2012 que o museu foi novamente anunciado, na abertura da 9ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, pelo ministro Marco Antônio Raupp. Em 2013, o Museu foi formalmente criado pelo então governador Agnelo Queiroz, por meio do Decreto 34.838 que, em seu artigo 4º, aponta sua construção no Setor de Difusão Cultural, lote 10, RA-I, entre o Planetário e a Sala Funarte. E, mais uma vez, foi anunciado que Brasília teria, finalmente, seu Museu de Ciência e Tecnologia.

Mas, mesmo com terreno designado por decreto governamental, não avançamos na construção do museu. Nos anos seguintes,



obtivemos apoio para o projeto dos sucessivos ministros do MCTI Clélio Diniz, Aldo Rebelo e Celso Pansera. Mas, nada de fato aconteceu, além de reuniões e anúncios. Em audiência com o ministro Gilberto Kassab, em 2017, o mesmo também assegurou que envidaria esforços para que o museu se tornasse realidade.

Logo em seguida, no governo Rollemberg, o Instituto de Arquitetos do Brasil, contratado pelo MCTI, elaborou um termo de referência para subsidiar um concurso de projetos de arquitetura necessário para se precificar a construção. O projeto avançou até o planejamento do concurso, conforme noticiado pelo **Correio Braziliense** em 11 de julho daquele ano. Só que, mais uma vez, nada aconteceu.

Em 10 de março de 2020, o atual governador do DF, Ibaneis Rocha, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), promoveu reunião com o então ministro Marcos Pontes, da qual eu participaria, para

que o museu tomasse forma. Mas, no dia seguinte, justamente na data da reunião, em 11 de março, teve início o período de isolamento social decorrente da pandemia de covid-19, o que deflagrou o cancelamento do encontro. No segundo semestre de 2023, o então Secretário da SECTI, Gustavo Amaral, anunciou que tomaria todas as providências em torno do projeto, o que também não aconteceu.

Mas, eis que, neste início de 2024, temos novas luzes no final desse interminável túnel: além da renovação do apoio do MCTI e do importante apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, o atual Secretário da SECTI, Leonardo Reisman, anunciou a tomada de providências a respeito, como a busca de emendas parlamentares para a premiação do vencedor do concurso de arquitetura e a realização de uma cerimônia de lançamento de uma pedra fundamental do museu. Será que dessa vez, passados 20 anos de tentativas, a utopia acontece?

Energia limpa também é espaço para a nova política industrial

» ARTHUR SOUSA

Membro do Movimento Empresarial pela Inovação da CNI e Conselheiro do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA)

A nova política industrial inclui no escopo da 5ª missão para a Nova Indústria Brasil (NIB) metas de investimentos em bioeconomia, descarbonização, além de transição e segurança energética. A proposta do governo entende que os geradores de energia renovável, entre os quais solar e eólica, devem acelerar o processo de substituição das fontes de combustíveis fósseis na matriz de suprimento de energia da indústria nacional.

Entretanto, a própria base instalada de geração renovável, solar e eólica, é, em si, um novo espaço para o desenvolvimento de uma longa cadeia industrial de bens e serviços, que pode ser imediatamente fomentada e com resultados de grande impacto na geração de riqueza e na geração de salário e renda. A base industrial para a produção de itens para o setor eólico já foi maior do que é atualmente, mas pode voltar a ter relevância. Estamos falando de um setor que está em todos os estados da federação e que representa fatia importante da matriz de geração elétrica.

O segmento da energia solar é a segunda fonte de geração de energia elétrica do país, ficando atrás apenas das usinas hidrelétricas. É a fonte que mais cresce em termos de oferta de energia para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Hoje, há mais de 3,3 milhões de unidades consumidoras de energia solar no Brasil. Os investimentos na chamada geração solar já alcançaram R\$ 181 bilhões em investimentos, geraram 1,1 milhão de empregos desde 2012 e contribuíram para evitar a emissão de 50 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera,

segundo dados da Absolar, a associação do setor. Boa parte desses resultados viabilizados por investimentos da indústria que busca fontes renováveis para sua matriz de suprimento de energia.

Considerando apenas a geração solar, a indústria instalada para fornecimento de todos os bens e serviços necessários deve ser estimulada na nova política industrial. Dados compilados pelo BNDES no ano passado mostram o tamanho da oportunidade que o Brasil tem para criar um cluster sul-americano de fornecimento de equipamentos para geração solar distribuída.

Segundo o banco de fomento, 145 empresas consolidadoras de sistemas solares fotovoltaicos (que montam os chamados kits) estão cadastradas no Finame. Há, ainda, segundo o mesmo levantamento, 11 empresas fabricantes/importadoras de inversores (equipamento fundamental para que o pequeno gerador possa injetar excedente de energia na rede local, quando a geração de eletricidade nos painéis supera a própria demanda), outras 12 para equipamentos de rastreamento solar, mais oito para módulos fotovoltaicos e mais cinco de baterias.

Portanto, estamos diante da possibilidade de criar uma via de mão dupla. A geração de energia renovável, centralizada ou distribuída, de fonte solar ou eólica, pode e irá apoiar o processo de substituição de fontes fósseis na indústria. Mas o destaque que faço aqui está no fato de o próprio setor de geração de energia renovável ter uma política industrial que

fomenta a construção de uma base industrial que servirá não apenas ao Brasil, mas será referência em toda a América Latina.

Não há dúvida que o atual estágio do setor de nova geração renovável já instalada no Brasil terá capacidade de cumprir as metas e os desafios da 5ª missão do NIB, entre as quais reduzir em 30% a emissão de CO₂ da indústria brasileira, aumentar o uso de tecnologia no campo do suprimento energético para a Indústria 4.0 ou mesmo reduzir a dependência externa de equipamentos para a produção de energia renovável.

A geração distribuída, que hoje tem uma base instalada de 26 GW, mais de duas Itaipus, deverá ser de 40 GW até o final de 2027. Isso sem falar dos parques centralizados de geração solar, que também vão demandar bens e serviços nos próximos anos. Esse movimento também viabiliza investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), criando ambientes novos de incentivo tecnológico para o aprimoramento de equipamentos e outras frentes, como, por exemplo, o armazenamento de energia em baterias, algo que será fundamental para o país.

A indústria brasileira é beneficiária da geração renovável, mas é hora de uma nova política industrial para a criação de um cluster industrial das renováveis. O Brasil é uma potência ambiental e pode ser uma potência industrial das renováveis. Se a ideia do governo é o desenvolvimento industrial, pensemos nele em toda a dimensão possível.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Quo vadis, Brasil?

Desde sempre, sabe-se que as companhias, com as quais o indivíduo anda e se relaciona, de certa forma, definem quem ele é e quais os seus propósitos. Essa é uma sentença que pode valer tanto para pessoas quanto para países. No caso do Brasil, tendo como base a composição de nações que integram o Brics — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul —, as características internas de cada país — membro, sobretudo no que diz respeito à importância que cada uma dedica a fatores como a democracia, vemos que nosso país não vai em boa companhia.

Mesmo agora, com a adesão de novos países ao bloco, como Arábia Saudita, Emirados Árabes, Etiópia e Irã, o que se observa, deixando de lado os pretensos ganhos econômicos que isso possa representar internamente, há de se refletir muito sobre a qualidade dessas companhias, a maioria representada por ditaduras primitivas, que desprezam coisas como direitos humanos e outros valores caros ao Ocidente.

Pensar que os indivíduos podem ser um em casa e outro, na rua, seria desacreditar que a sentença antiga que diz que “costume de casa se leva à praça” está errada. A não ser que o Brasil se encaminhe também para ser uma ditadura, como muitos apontam, cedo ou tarde, o caráter interno desses Estados integrantes do Brics, dominará também todo o bloco, fazendo desse conjunto, não apenas um clube de vantagens econômicas, mas um aglomerado de países dispostos e orientados estrategicamente para enfrentar o Ocidente, sua cultura e valores, inclusive com o uso de uma força conjunta.

Não seria surpresa se, por detrás de todos os arranjos econômicos e comerciais dos Brics, estariam também esforços para a constituição de uma organização nos moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Que resultados esperar, do ponto de vista do desenvolvimento humano, baseado na qualidade de vida e na segurança das populações de cada país-membro, quando se observa que muitos deles não respeitam e até oprimem quaisquer manifestações internas de seus cidadãos, por maior representatividade que possam ter.

Quem se dedicar a um estudo mais aprofundado de cada país-membro dos Brics, com seus novos componentes, verá que a maioria deles consta no rol das organizações internacionais que lutam em defesa da democracia e dos direitos humanos. O Brasil está perfilado ao lado de ditaduras ferrenhas, compondo um bloco, que a despeito de suas ideias econômicas, não são bem-vistas pela maioria dos países do Ocidente. Que estratégia seria essa de se colocar um país fincado no Ocidente, contra os ideais do próprio Ocidente?

De certo, esses estrategistas do Exército Brancaleone não entenderam ainda que geografia é destino. Aliar-se a países que não escondem suas teses antiamericanas, no caso específico do Brasil, só pode render dissabores dos mais perigosos. O pior é que a população pagará por essas sandices geopolíticas. Que cooperações e parcerias, do tipo políticas, esperar de ditaduras? Um sinal sintomático e até de mau agouro sobre o futuro do Brics, foi dado por ninguém menos do que o ditador e candidato a uma vaga no bloco, Nicolás Maduro, da Venezuela. Disse ele, com todas as letras: “Apostamos no Brics como parte de um novo mundo, de um novo equilíbrio, como parte do conceito geopolítico bolivariano de um mundo de equilíbrio, um mundo de iguais.”

Que mundo seria esse? Uma observação atenta sobre o que acontece hoje na Venezuela seria um pesadelo transplantar toda aquela miséria e opressão para outros países. Quo vadis, Brasil (aonde vais)?

» A frase que foi pronunciada

“Instituições internacionais como o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral, o G20, os Brics, o FMI etc., continuam a ser pouco mais do que uma extensão dos valores e interesses (cada vez mais conflitantes) dos Estados-membros.”

Ian Bremmer

Cuidados

» Quase todas as ofertas pelo WhatsApp funcionam como isca para um golpe que pode dar muita dor de cabeça. Depois de pesquisarem as amizades pelas redes sociais, os criminosos concluem qual o interesse da vítima: festas, música, crochê, e por aí vai. Daí, com um convite especial, ele pede para confirmar a senha do WhatsApp que é instalado em outro aparelho. Na seqüência, pedidos de depósitos aos amigos e familiares. O mais interessante é que, mesmo com a exigência de um CPF na compra de um chip ou mesmo com as taxas de segurança pagas aos bancos, não é tão fácil localizar os meliantes.

Tecno

» Na Indonésia e em outros países, é possível encontrar uma câmera com sensor térmico que aponta os viajantes com temperaturas maiores do que as normais.

» História de Brasília

A agressão ocorreu próximo ao Cota Mil, quando a guarnição de RP fugindo às suas finalidades, considerou o jornalista um elemento de alta periculosidade. (Publicada em 1º/4/1962)